

RETIFICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS EFETIVOS NAS CARREIRAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E DE SUPORTE À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
EDITAL Nº 4 – EMBRAPA, DE 10 DE JANEIRO DE 2025

A Presidência da Embrapa torna pública a **retificação** do **Anexo I** e do **Anexo X** do Edital nº 1 – Embrapa, de 5 de dezembro de 2024; do **Anexo I** do Edital nº 2 – Embrapa, de 16 de dezembro de 2024; e do Anexo I do Edital nº 3 – EMBRAPA, de 3 de janeiro de 2025, conforme a seguir especificado.

EDITAL Nº 1 – EMBRAPA, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2024

[...]

ANEXO I
CARGOS, DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES, REMUNERAÇÃO E REQUISITOS

[...]

Opção (cargo/área/subárea)	Texto Original	Texto Retificado
OPÇÃO 40000405: PESQUISADOR – ÁREA: ESPECTROSCOPIA APLICADA – SUBÁREA: INSTRUMENTAÇÃO EM RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NUCLEAR	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Física; em Engenharia Física; em Química; em Engenharia Química; em Biotecnologia; em Biofísica; em Química Computacional; em Física Computacional; em Física Biomolecular; em Química Analítica e Inorgânica; em Físico-Química; em Química Orgânica; ou em Ciências Biológicas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Física; em Engenharia Física; em Química; em Farmácia; em Engenharia Química; ou em Engenharia de Materiais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Farmácia ; em Física; em Engenharia Física; em Química; em Engenharia Química; em Biotecnologia; em Biofísica; em Química Computacional; em Física Computacional; em Física Biomolecular; em Química Analítica e Inorgânica; em Físico-Química; em Química Orgânica; ou em Ciências Biológicas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Física; em Engenharia Física; em Química; em Farmácia; em Engenharia Química; ou em Engenharia de Materiais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40002042: ANALISTA – ÁREA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS –	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia de Alimentos; em Química; em Nutrição; em Ciência	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia de Alimentos; em Química; em Nutrição; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Tecnologia

SUBÁREA: ANÁLISE SENSORIAL	e Tecnologia de Alimentos; ou em Alimentos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	de Alimentos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40002098: PESQUISADOR – ÁREA: ENGENHARIAS – SUBÁREA: RECURSOS FLORESTAIS E ENGENHARIA FLORESTAL	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Engenharia Florestal; em Agricultura de Precisão; em Ciências Florestais e Ambientais; em Ciências Florestais; em Ciências de Florestas Tropicais; em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais; ou em Sensoriamento Remoto, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Florestal; em Agronomia; em Agroecologia; em Agronegócio; em Ciências Ambientais; ou em Engenharia Agrícola, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais; em Engenharia Florestal; em Agricultura de Precisão; em Ciências Florestais e Ambientais; em Ciências Florestais; em Ciências de Florestas Tropicais; em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais; ou em Sensoriamento Remoto, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Florestal; em Agronomia; em Agroecologia; em Agronegócio; em Ciências Ambientais; ou em Engenharia Agrícola, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40009493: ANALISTA – ÁREA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS – SUBÁREA: TECNOLOGIA E INOVAÇÃO ALIMENTAR PARA GASTRONOMIA	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Gastronomia; em Nutrição; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Alimentos; em Ciências dos Alimentos; em Ciência e Inovação em Alimentos; em Alimentos; em Segurança Alimentar; em Alimentação Saudável; ou em Gastronomia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Gastronomia; em Nutrição; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Alimentos; em Ciências dos Alimentos; em Ciência e Inovação em Alimentos; em em Tecnologia de Alimentos; em Segurança Alimentar; em Alimentação Saudável; ou em Gastronomia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

OPÇÃO 40000551: ANALISTA – ÁREA: LABORATÓRIOS E CAMPOS EXPERIMENTAIS – SUBÁREA: GESTÃO DA QUALIDADE LABORATORIAL	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Administração; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Alimentos; em Engenharia de Produção; em Química; em Farmácia; em Ciências Biológicas; em Biologia; em Bioquímica; ou em Engenharia Bioquímica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Administração; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Alimentos; em Engenharia de Produção; em Química; em Farmácia; em Ciências Biológicas; em Biologia; em Bioquímica; em Tecnologia de Alimentos; ou em Engenharia Bioquímica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40000141: ANALISTA – ÁREA: LABORATÓRIOS E CAMPOS EXPERIMENTAIS – SUBÁREA: QUÍMICA	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Química; em Química Industrial; em Engenharia Química; em Bioquímica; em Farmácia; em Ciência e Tecnologia de alimentos; ou em Engenharia de Alimentos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Tecnologia de Alimentos; em Química; em Química Industrial; em Engenharia Química; em Bioquímica; em Farmácia; em Ciência e Tecnologia de alimentos; ou em Engenharia de Alimentos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC

[...]

ANEXO X
OBJETOS DE AVALIAÇÃO

[...]

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

[...]

OPÇÃO 40002311: ANALISTA – ÁREA: DIREITO E AUDITORIA – SUBÁREA: ASSESSORIA JURÍDICA – ADVOGADO	Texto Original	Texto Retificado
---	-----------------------	-------------------------

	DIREITO AMBIENTAL: 1 Princípios do direito ambiental. 2 A Constituição federal e o meio ambiente. 3 O estudo de impacto ambiental e a administração pública. 4 Lei nº 6.938/1981 e alterações (Política Nacional do Meio Ambiente). 5 Lei nº 9.605/1998 e alterações (crimes ambientais). 6 Lei nº 12.305/2010 e alterações (Política Nacional de Resíduos Sólidos). 7 Lei nº 9.433/1997 e alterações (Plano Nacional de Recursos Hídricos). 8 Lei nº 14.785/2023 e alterações (agrotóxicos). 9 Lei nº 12.651/2012 e alterações (Novo Código Florestal Brasileiro). DIREITO DO TRABALHO: 1 Princípios e fontes do direito do trabalho. Princípios gerais do Direito aplicáveis ao Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Princípios constitucionais do trabalho. Renúncia e transação. Indisponibilidade de direitos. Requisitos. Hermenêutica. Métodos de interpretação. Especificidade da interpretação no Direito do Trabalho. Integração do Direito do Trabalho. Aplicação e eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade e direito adquirido. 2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988). 3 Relação de Trabalho e Relação de emprego: elementos, natureza jurídica, caracterização, forma e classificação. 3.1 Requisitos e distinção. 3.2 Relações de trabalho <i>lato sensu</i> (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso). 3.3 Terceirização: responsabilidade do tomador do serviço por danos materiais e morais. 4 Sujeitos do contrato de trabalho <i>stricto sensu</i>. 4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização). 4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho. 5 Responsabilidades. 5.1 Grupo econômico. 5.2 Sucessão de empregadores. 5.3 Responsabilidade solidária. 6 Alteração do contrato de	DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. História Constitucional do Brasil. 2. Constituição: conceito e classificação. 3. Constitucionalismo: conceito e espécies. Constitucionalismo Transnacional e Transconstitucionalismo. Neoconstitucionalismo e pós-positivismo: críticas ao conceito e problemas de má recepção. 4. Normas constitucionais: classificação. Eficácia direta e eficácia indireta dos direitos fundamentais. 5. Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. 6. Disposições constitucionais transitórias. 7. Hermenêutica constitucional. 8. Princípios e regras jurídicas. 9. Poder constituinte. 10. Controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. 11. Evolução histórica. 12. Inconstitucionalidade: normas constitucionais inconstitucionais. 13. Inconstitucionalidade por omissão. 14. Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. 15. Ação declaratória de constitucionalidade. 16. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 17. Princípio da legalidade. 18. Princípio da isonomia. 19. Regime constitucional da propriedade. 20. Função social da propriedade. 21. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. 21. Administração Pública: princípios constitucionais. 22. Servidores públicos: princípios constitucionais. 23. Poder Judiciário: organização; estatuto constitucional da magistratura. 24. Supremo Tribunal Federal: organização e competência. 25. Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. 26. Justiça
--	--	--

	trabalho. 6.1 Alteração unilateral e bilateral. 6.2 <i>Jus variandi</i>. 7 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 7.1 Caracterização e distinção. 8 Extinção do contrato de trabalho. 8.1 Justa causa. 8.2 Rescisão indireta. 8.3 Dispensa arbitrária. 8.4 Culpa recíproca. 8.5 Indenização. 9 Aviso prévio. 10 Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 10.1 Formas de estabilidade. 10.2 Despedida e reintegração de empregado estável. 11 Duração do trabalho. 11.1 Jornada de trabalho. 11.2 Períodos de descanso. 11.3 Repouso. 11.4 Intervalos intrajornadas e Inter jornadas. 11.5 Pausas. 11.6 Repouso semanal e em feriados. 11.7 Remuneração simples e dobrada. 11.8 Descanso semanal remunerado. 11.9 Trabalho noturno e trabalho extraordinário. 11.10 Sistema de compensação de horas. 12 Salário-mínimo. 12.1 Irredutibilidade e garantia. 13 Férias. 13.1 Direito a férias e sua duração. 13.2 Concessão e época das férias. 13.3 Remuneração e abono de férias. 14 Salário e remuneração. 14.1 Conceito e distinções. 14.2 Composição do salário. 14.3 Modalidades de salário. 14.4 Formas e meios de pagamento do salário. 14.5 13º salário. 15 Equiparação salarial. 15.1 Princípio da igualdade de salário. 15.2 Desvio de função. 16 FGTS. 17 Prescrição e decadência. 18 Segurança e medicina no trabalho. 18.1 CIPA. 18.2 Atividades insalubres ou perigosas. 19 Proteção ao trabalho do menor. 20 Proteção ao trabalho da mulher. 20.1 Estabilidade da gestante. 20.2 Licença maternidade. 21 Direito coletivo do trabalho. 21.1 Convenções e acordos coletivos de trabalho. 22 Direito de greve e serviços essenciais. 23 O empregado público e a sindicalização. 24 Comissões de conciliação prévia. DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 Sistema Tributário Nacional. 1.1 Disposições gerais. 1.2 Competência tributária. 1.3 Limitações da	federal: organização e competência. 27. Justiça do trabalho: organização e competência. 28. Ministério Público: princípios constitucionais. 29. Limitações constitucionais do poder de tributar. 30. Ordem econômica e ordem financeira: princípios gerais. 31. Princípios constitucionais da ordem econômica. 32. Intervenção do Estado no domínio econômico. 33. Meio ambiente. DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Princípios da Administração Pública. 2. Administração centralizada e descentralizada. 3. Empresas públicas e sociedades de economia mista. 4. Lei nº 13.303/2016 (artigos 1º ao 27). 5. Diferenciação entre empresa estatal dependente e não dependente. 6. Espécies de empresa pública: prestadora de serviço público e exploradora de atividade econômica. 7. Fundações públicas. 8. Autarquias. 9. Entidades autárquicas. 10. Princípios do Direito Administrativo: legalidade, supremacia do interesse público, presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, especialidade, autotutela, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, hierarquia, indisponibilidade do interesse público, isonomia, razoabilidade. 11. Atos administrativos: conceito; elementos; perfeição; validade; eficácia; regime jurídico; requisitos extrínsecos; vinculação e discricionariedade; teoria dos motivos determinantes; extinção dos atos administrativos; invalidação dos atos administrativos; revogação dos atos administrativos; fundamento da competência revogatória, regime jurídico e limites à revogação; atos afins à revogação; anulação dos atos administrativos; competência e
--	---	---

	competência tributária. 1.4 Competência privativa da União, dos estados, e dos municípios. 1.5 Competência residual. 2 Princípios jurídicos da tributação. 2.1 Legalidade. 2.2 Anterioridade. 2.3 Igualdade. 2.4 Competência. 2.5 Capacidade contributiva. 2.6 Vedação do confisco 2.7 Liberdade de tráfego. 3 Tributo. 3.1 Conceito e espécies. 3.2 Classificação dos tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições sociais. 3.3 Função dos tributos. 4 Legislação tributária. 4.1 Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares. 4.2 Vigência e aplicação da legislação tributária. 4.3 Interpretação e integração da legislação tributária. 5 Obrigação tributária. 5.1 Principal e acessória. 5.1 Fato gerador. 5.2 Sujeito ativo. 5.3 Sujeito passivo. 5.3.1 Solidariedade. 5.3.2 Capacidade tributária. 5.3.3 Domicílio tributário. 5.4 Responsabilidade tributária: responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações. 6 Crédito tributário. 6.1 Constituição: lançamento. 6.2 Suspensão. 6.3 Extinção. 6.4 Exclusão. 6.5 Garantias e privilégios. 7 Administração tributária. 7.1 Fiscalização: sigilo comercial, dever de informar e sigilo profissional, sigilo fiscal, auxílio da força pública, excesso de exação e responsabilidade pessoal do agente público. 7.2 Dívida ativa. 7.3 Certidões negativas. 8 Crimes contra a ordem tributária. DIREITO CIVIL: 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia da lei no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Existência. 2.2 Personalidade. 2.3 Capacidade. 2.4 Nome. 2.5 Estado. 2.6 Domicílio. 2.7 Direitos da personalidade. 3	fundamento da competência anulatória, regime jurídico. 12. Licitações e contratos das empresas estatais. 13. Lei nº 13.303/2016 (Artigos 28 ao 91). 14. Pregão eletrônico. 15. Lei Complementar nº 123/2006 (Artigos 42 ao 49) - Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte. 16. Leis anticorrupção: Lei nº 12.846/2013 - Responsabilização pela prática de atos contra a administração; Lei nº 12.813/2013 - Conflito de Interesse; Decreto nº 7.203/2010 - Vedação ao nepotismo. 17. Lei nº 9.784/1999 - Processo Administrativo. 18. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. 19. Avocação e delegação de competência. 20. Ausência de competência: agente de fato. 21. Hierarquia. 22. Poder hierárquico e suas manifestações. 23. Centralização e descentralização da atividade administrativa do Estado. 24. Administração Pública direta e indireta. 25. Concentração e desconcentração de competência. 26. Autarquias. 27. Fundações públicas. Empresas públicas e sociedades de economia mista. 28. Lei nº 13.303, de 2016 e Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. 29. Supervisão ministerial. 30. Lei nº 13.019, de 2014. 31. Fatos da Administração Pública: atos da Administração Pública e fatos administrativos. 32. Licitações no âmbito das estatais, contratos administrativos e convênios. 32.1 Fundamento Constitucional. 32.2 Conceito e modalidades. 32.3 Sistema de Registro de Preços. 33. O regime de licitações no âmbito das estatais. 34. Dispensa e inexigibilidade. 35. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. 36. Pregão. 37. Contratos
--	---	--

	Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Constituição. 3.3 Domicílio. 3.4 Associações e fundações. 4 Bens. 5 Negócio jurídico. 6 Prescrição. 6.1 Disposições gerais. 7 Decadência. 8 Atos ilícitos. 9 Contratos. 10 Responsabilidade civil. DIREITO DIGITAL: 1 Direito Digital. 2 Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). 3 Resolução n.º 345/2020 do CNJ. 4 Resolução n.º 185/2017 do CSJT. 5 Lei 11.419/2006 e suas alterações (Lei da informatização do processo judicial). DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO: 1 Finanças públicas na Constituição Federal de 1988. 2 Normas Gerais e Orçamentos. 3 Orçamento. 3.1 Conceito e espécies. 3.2 Natureza jurídica. 3.3 Princípios orçamentários. 4 Normas gerais de direito financeiro. 5 Lei nº 4.320/1964. 6 Plano plurianual (PPA). 7 Lei de diretrizes orçamentárias (LDO). 8 Lei orçamentária anual (LOA). 9 Exercício Financeiro. 10 Restos a pagar. 11 Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. 12 Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº 101/2000). 13 Instrumentos de efetivação da Lei de Responsabilidade Fiscal. 14 Sistemas de controle de repasse de verbas. 15 Despesa pública. 15.1 Conceito e classificação. 16 Princípio da legalidade. 17 Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. 18 Geração de Despesa. 19 Despesas obrigatórias de caráter continuado. 20 Receita pública. 20.1 Conceito. 20.2 Ingressos e receitas. 20.3 Classificação. 21 Receitas originárias e receitas derivadas. 22 Previsão e Arrecadação. 23 Transferências voluntárias. 24 Disciplina constitucional e legal dos precatórios.	administrativos: conceito, características e regime jurídico. 38. Invalidação. 39. Principais espécies de contratos administrativos. 40. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos. 41. Penalidades administrativas. 42. Contratos de repasse. 43. Convênios, acordos de cooperação técnica, protocolo de intenções e termo de execução descentralizada. 44. Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016., Lei 14.133/2021, Decreto nº 11.531/2023, Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016 e Instrução Normativa SLTI nº 05/2017. 45. Servidões administrativas. 46. Requisição da propriedade privada. Ocupação temporária. 47. Desapropriação por utilidade pública: conceito e fundamento jurídico; objeto da desapropriação e competência para desapropriar; procedimentos administrativo e judicial; indenização. 48. Desapropriação por zona. Direito de extensão. 49. Retrocessão. “Desapropriação indireta”. 50. Desapropriação por interesse social: conceito, fundamento jurídico e espécies; função social do imóvel rural. 51. Evolução do regime jurídico no Brasil. 52. Controle interno e externo da Administração Pública. 53. Sistemas de controle jurisdicional da Administração Pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. 54. Controle jurisdicional da Administração Pública no Direito Brasileiro. 55. Tribunal de Contas da União e suas atribuições. 56. Jurisprudência e Súmulas. 57. Improbidade administrativa. 58. Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática
--	---	---

		de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira. 59. Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. 60. Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. 61.Procedimento administrativo. 62.Instância administrativa. 63.Representação e reclamação administrativas. 64. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. 65.Prescrição administrativa. 66. Direito de acesso à informação. 67. Lei de acesso à informação. 68. Lei Geral de Proteção de Dados. 69. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e seu regulamento no Direito Administrativo. 70. Processo Administrativo. 71. Lei nº 9.784/99. DIREITO AMBIENTAL: 1. Princípios do direito ambiental. 2. A Constituição federal e o meio ambiente. 3. O estudo de impacto ambiental e a administração pública. 4. Lei nº 6.938/1981 e alterações (Política Nacional do Meio Ambiente). 5. Lei nº 9.605/1998 e alterações (crimes ambientais). 6. Lei nº 12.305/2010 e alterações (Política Nacional de Resíduos Sólidos). 7. Lei nº 9.433/1997 e alterações (Plano Nacional de Recursos Hídricos). 8. Lei nº 14.785/2023 e alterações (agrotóxicos). 9. Lei nº 12.651/2012 e alterações (Novo Código Florestal Brasileiro). DIREITO DO TRABALHO: 1 Princípios e fontes do direito do trabalho. 1.1 Princípios gerais do Direito aplicáveis ao Direito do Trabalho. 1.2 Princípios do Direito do Trabalho. 1.3Princípios constitucionais do trabalho. 1.4 Renúncia e transação.
--	--	--

		Indisponibilidade de direitos. 1.5 Requisitos. 1.6 Hermenêutica. 1.7 Métodos de interpretação. 1.8 Especificidade da interpretação no Direito do Trabalho. 1.9 Integração do Direito do Trabalho. 1.10 Aplicação e eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. 1.11 Revogação. 1.12 Irretroatividade e direito adquirido. 2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988). 3 Relação de Trabalho e Relação de emprego: elementos, natureza jurídica, caracterização, forma e classificação. 3.1 Requisitos e distinção. 3.2 Relações de trabalho <i>lato sensu</i> (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso). 3.3 Empregado: conceito e caracterização. 3.4 Mutações da subordinação. 3.5 Subordinação estrutural. 3.6 Subordinação reticular. 3.7 Subordinação por programação. 3.8 Subordinação algorítmica e por meios telemáticos e informatizados. 3.9 Empregador: conceito e caracterização. 3.10 Empresa e estabelecimento. 3.11 Poderes diretivo, regulamentar, de fiscalização e disciplinar. 3.12 Termos e condições de uso e contrato de trabalho. 3.13 Compliance trabalhista. 3.14 Limites ao poder potestativo. 3.15 Abuso de direito. 3.16 Formas modernas de controle e fiscalização do trabalho. 3.17 Monitoramento algorítmico e inteligência artificial. 3.18 Gamificação do trabalho. 3.19 Coleta, mineração, tratamento e processamento de dados. 3.20 Jurimetria. 3.21 Terceirização: responsabilidade do tomador do serviço por danos materiais e morais. 4 Sujeitos do contrato de trabalho <i>stricto sensu</i>. 4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização). 4.2
--	--	--

		Poderes do empregador no contrato de trabalho. 5 Responsabilidades. 5.1 Grupo econômico. 5.2 Sucessão de empregadores. 5.3 Responsabilidade solidária. 6 Contrato de trabalho. 6.1 Conceito, classificação e características. 6.2 Elementos. 6.3 Direitos e deveres das partes. Efeitos próprios e efeitos conexos. 6.4 Regulamento de empresa e contrato de trabalho. 6.5 Modalidades de contratos de trabalho. 6.6 Contratos por prazo indeterminado e determinado. 6.7 Contrato de experiência e período de experiência. 6.8 Contrato de trabalho intermitente. 7 Alteração do contrato de trabalho. 7.1 Alteração unilateral e bilateral. 7.2 Alteração subjetiva e objetiva 7.3 <i>Jus variandi</i>. 7.4 <i>Jus resistentiae</i>. 8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8.1 Caracterização e distinção 8.2 Conceito. 8.3 Hipóteses Legais. 8.4. efeitos. 8.5 Extinção do contrato de trabalho. 8.6 Classificação. 8.7 Modalidades. 8.8 Efeitos. 8.9 Rescisão, resilição, resolução e caducidade. 9 Justa causa. 9.1 Dispensa sem justa causa. 9.2 Dispensa com justa causa. 9.3 Falta grave. 9.4 Despedida indireta. 9.5 Demissão. 9.6 Acordo para extinção do contrato de trabalho. 9.7 Rescisão indireta. 9.8 Dispensa arbitrária. 9.9 Culpa recíproca. 9.10 Vícios e defeitos do contrato de trabalho. 9.11 Nulidade do contrato de trabalho: total e parcial, absoluta e relativa. 9.12 Efeitos da declaração de nulidade. 9.13 Trabalho ilícito e trabalho proibido. 9.14 Indenização. 10 Aviso prévio. 11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 11.1 Formas de estabilidade. 11.2 Despedida e reintegração de empregado estável. 12 Duração do trabalho. 12.1 Jornada de
--	--	--

		trabalho. 12.2 Períodos de descanso. 12.3 Repouso. 12.4 Intervalos intrajornadas e interjornadas; Pausas; 12.5 Repouso semanal e em feriados. 12.6 Remuneração simples e dobrada. 12.7 Descanso semanal remunerado. 12.8 Trabalho noturno e trabalho extraordinário. 12.9 Sistema de compensação de horas. 13 Salário-mínimo. 13.1 Irredutibilidade e garantia. 13.2 Remuneração e salário: conceito e distinção. 13.3 Classificação e composição do salário. 13.4 Equiparação salarial. Requisitos. 13.5 Princípio da igualdade de salário. 13.6 Desvio de função. 13.7 Quadro de carreira e plano de cargos e salários. 13.8 Duração do trabalho. 13.9 Natureza. 13.10 Fundamentos e objetivos da regulação. 13.11 Jornada de trabalho e horário de trabalho. 13.12 Composição da jornada de trabalho. 13.13 Trabalho noturno. 13.14 Labor extraordinário. 13.15 Transação e flexibilização da jornada. 13.16 Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. 13.17 Banco de horas. Empregados excluídos do regime de regulação da duração do trabalho. 13.18 Horas in itinere. 13.19 Trabalho em turnos ininterruptos de revezamento. 13.20 Regimes especiais de escala de trabalho. 14 Férias. 14.1 Direito a férias e sua duração. 14.2 Concessão e época das férias. 14.3 Remuneração e abono de férias. 15 Salário e remuneração. 15.1 Conceito e distinções. 15.2 Composição do salário. 15.3 Modalidades de salário. 15.4 Formas e meios de pagamento do salário. 15.5 13º salário. 16 Equiparação salarial. 16.1 Princípio da igualdade de salário. 16.2 Desvio de função. 17 FGTS. 18 Prescrição e decadência. 19 Segurança e medicina
--	--	---

		no trabalho. 19.1 CIPA. 19.2 Atividades insalubres ou perigosas. 20 Proteção ao trabalho do menor. 21 Proteção ao trabalho da mulher. 21.1 Estabilidade da gestante. 21.2 Licença maternidade. 22. Dano material. 22.1 Dano pela perda de uma chance. 22.2 Dano moral individual, estético e existencial. 22.3 Dano à imagem. 22.4 Dano moral coletivo. 23. Dumping social. 24. Direitos da personalidade do trabalhador. 25. Dignidade, privacidade e intimidade. 26. Direito à desconexão. 27. Proteção de dados na relação de trabalho. 28. Assédio moral. 28.1 Espécies. 28.2 Assédio religioso. 28.3 Assédios político e eleitoral nas relações de trabalho. 28.4 Assédio sexual. 29 Direito coletivo do trabalho. 29.1 Convenções e acordos coletivos de trabalho. 30. Direito de greve e serviços essenciais. 31. O empregado público e a sindicalização. 32. Comissões de conciliação prévia. 33. Negociação coletiva: princípios, funções, níveis e procedimento. 34. Legitimação. 35. Convenção nº 154 da OIT. 36. Convenção nº 151 da OIT. 37. Trabalhadores rurais. 38. Convenção nº 141 da OIT. 39. Dispensa coletiva e proteção social. 39. Convenção coletiva e acordo coletivo de trabalho: distinções, vigência, duração, hierarquia, efeitos e extensão. 40. Interpretação de instrumentos coletivos de trabalho. 41. Efetivação dos direitos sociais. 42. Normas coletivas. 43. Natureza. 44. Regras de aderência. 45. Incorporação das cláusulas normativas aos contratos de trabalho. 46. Hierarquia. 47. Ultratividade. 48. Relação entre o negociado e o legislado. 49. Autonomia privada coletiva: extensão, possibilidades e limitações.
--	--	--

		50.Limites ao princípio da adequação setorial negociada. 51.Negociação coletiva e direitos fundamentais. 52.Cláusulas prejudiciais a direitos sociais. 53.Restrições a políticas públicas afirmativas: flexibilização de cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência. 54.Negociação de contribuições sindicais. 55.Conduitas antissindicais: conteúdo, espécies, consequências e responsabilidades. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 1. Direito Processual do Trabalho. 1.1 Fontes. 1.2 Autonomia. 1.3 Interpretação, integração e eficácia das normas. 2. Garantias constitucionais do processo. 2.1 Direito de ação, jurisdição, processo e resposta do réu. 3. Princípios peculiares do Direito Processual do Trabalho: protetivo, informalidade, oralidade, simplicidade, celeridade, conciliação e função social. 4. Aplicação dos princípios fundamentais do Processo Civil no Processo do Trabalho. 5. Coletivização do processo. 6. Aplicação do Direito Processual Civil no Processo do Trabalho: técnica da subsidiariedade e supletividade na fase de conhecimento e na fase de execução. 7. Limites do art. 15 do CPC e amplitude do art. 769 da CLT. 8. Simulação de lide. 9. Organização da Justiça do Trabalho. 10. Composição, funcionamento, jurisdição e competência dos órgãos. 11. Juízos de Direito investidos na jurisdição trabalhista. 12. Corregedoria na Justiça do Trabalho. 13. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho. 14. Competência da Justiça do Trabalho em razão: da matéria, da pessoa, da função e do lugar. 15. Modificação de competência. 16. Foro de eleição.
--	--	---

		Conflitos de competência. 17. Partes e procuradores. 18. Capacidade. 19.Representação e assistência. 20.Capacidade postulatória. 21.Jus postulandi. 22.Sucessão. 23.Substituição processual. 24.Procuradores. 25.Ministério Público. 26. Juiz e auxiliares da justiça. 27.Poderes. 28.Deveres.29. Abuso do exercício do direito processual. 30.Atos atentatórios à dignidade da justiça. 31.Litigância de má-fé. 32.Assédio processual. Responsabilidade. 33.Impedimento. 34.Suspeição. 35. Assistência judiciária e justiça gratuita. 36. Mandato: espécies. 37.Honorários advocatícios. 38.Litisconsórcio. 39.Intervenção de terceiros.40. Espécies. 41.Intervenção anômala. Desconsideração direta e inversa da personalidade jurídica. 42.Amicus curiae. 43. Atos, termos e prazos processuais. 44.Convenções processuais. 45.Despesas processuais. Responsabilidade. 46.Custas e emolumentos. 47.Comunicação dos atos processuais. 48.Citação. 49.Notificação. 50.Intimação. 51.Preclusão. 52.Processo judicial eletrônico. 53. Vícios do ato processual: espécies. 54. Nulidades: extensão, princípios, arguição, declaração e efeitos. 55.Primazia do julgamento do mérito e aproveitamento dos atos processuais. 56. Dissídio individual. Procedimentos: dissídio de alçada, sumaríssimo e ordinário. 57.Adaptação e flexibilidade negocial ou judicial do procedimento. 58 Petição inicial: requisitos, admissibilidade, inépcia, emenda, aditamento, indeferimento. 59.Pedido: espécies, cumulação, interpretação, alteração e desistência.
--	--	---

		60. Improcedência liminar do pedido. 61. Audiência trabalhista. 62.Procedimento. Comparecimento das partes e dos advogados. 63.Ausência das partes: efeitos. 64.Conciliação. 65. Resposta do reclamado. 66. Revelia e seus efeitos. 67.Defesa direta e indireta. Contestação. 68. Compensação e retenção. 69.Exceções. 70.Reconvenção. 71.Matérias alegáveis após a contestação. 72. Provas: princípios, peculiaridades, oportunidade e meios. 73.Tipicidade e atipicidade dos meios de prova. 74.Prova digital. 75.Produção antecipada da prova. 76.Produção de provas e proteção de dados. 77.Prova emprestada. 78.Ônus da prova: distribuição e modificação. 79.Deveres e direitos probatórios. Iniciativa probatória do Juiz, do Ministério Público do Trabalho e das partes. 80.Valoração da prova.81. Prova ilícita. 82. Provas em espécie. Interrogatório e depoimento pessoal. 83.Confissão. 84.Prova documental. 85.Incidente de falsidade documental. 86.Prova testemunhal: capacidade, suspeição, impedimento, contradita, acareação e substituição. 87.Multa por falso testemunho. Prova pericial. 88.Prova técnica simplificada. 89.Inspeção judicial. Indícios e presunções. 90. Tutela provisória. 91.Tutelas de urgência e de evidência: cabimento, pressupostos e efeitos. 92.Tutela antecedente e incidente. 93.Tutela satisfativa. 94.Fungibilidade. Estabilização da tutela provisória. 95.Atividade jurisdicional preliminar. 96.Julgamento conforme o estado do processo. 97.Decisões parciais de mérito. 98.Julgamento de improcedência liminar. 99.Decisões
--	--	--

		interlocutórias. 100. Sentença. 101.Classificação. 102.Elementos e efeitos. 103.Fundamentação. 104. Limites ao livre convencimento. 105.Tutela inibitória e de remoção do ilícito. 106.Nulidades. 107. Coisa julgada: definição e efeitos. 108.Limites subjetivos e objetivos. 109.Relativização. 110. Efeitos da sentença criminal no processo do trabalho. 111.Preclusão. 112.Termo de conciliação e seus efeitos perante as partes, terceiros e INSS. 113.Recursos: princípios e procedimentos. 114.Teorias gerais. 115.Efeitos. 116.Pressupostos. 117.Juizes de admissibilidade e de mérito. 118.Remessa necessária. 119. Direito intertemporal. 120.Duplo grau de jurisdição. 121. Decisões irrecorríveis. 122. Poderes do relator. Julgamento unipessoal dos recursos pelo relator: pressupostos e limites. 123. Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST e embargos de declaração. 124.Recurso adesivo. 125. Recurso de revista repetitivo. 126.Agravo regimental. 127.Agravo interno. 128.Recurso extraordinário. 129.Princípios. 130.Efeitos. 131.Teorias da causa madura. 132. Multas processuais. 133. Pedido de revisão. 134.Acórdãos. 135.Especificidades. 136.Nulidades. 137.Uniformização de jurisprudência. 138. Precedentes. 139.Mecanismos para controle da aplicação dos precedentes. Julgamento de casos repetitivos. Incidentes processuais. 140.Incidente de resolução de demandas repetitivas nos TRTs e no TST. 141.Incidente de assunção de competência no Processo do Trabalho. 142.Recursos. 143.Precedente judicial. 144.Força
--	--	--

		vinculante da jurisprudência dos Tribunais. 145. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 146. Liquidação: natureza jurídica e modalidades. 147. Juros e correção monetária dos créditos trabalhistas. 148. Cumprimento da sentença. 149. Disposições gerais e espécies. Protesto de títulos executivos. 150. Execução trabalhista. 151. Normas de regência: subsidiariedade e supletividade. 152. Princípios. Execução provisória e definitiva. Suspensão e extinção. 153. Prescrição intercorrente. 154. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Competência. 155. Legitimidade. Responsabilidade patrimonial. 156. Responsabilidade dos sócios. 157. Desconsideração direta e inversa da personalidade jurídica. 158. Sucessão de empresas. 159. Grupo econômico. 160. Hipoteca judiciária. 161. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. 161. Ferramentas de pesquisa, restrição e constrição de patrimônio. 162. Execução: falência, recuperação judicial e liquidação extrajudicial. Execução por quantia certa. 163. Execução de obrigações de fazer e não fazer. 164. Execução das contribuições previdenciárias. Penhora: objeto e modalidades. 165. Depósito. 166. Depositário infiel. 167. Avaliação e Meios de defesa do executado e de terceiro. 168. Embargos à execução. 169. Exceção de pré-executividade. Impugnação à sentença de liquidação. 170. Embargos de terceiro. 171. Expropriação de bens do devedor. 172. Remição. 173. Arrematação. 174. Execução contra a Fazenda Pública: dívidas de pequeno valor, precatório e sequestro. 175. Fraude à execução. 176. Ato atentatório à dignidade da
--	--	--

		Justiça. 177. Tutela de direitos e interesses trabalhistas difusos, coletivos e individuais homogêneos. 178. Teoria geral do processo coletivo. 179. Processo coletivo. 180. Microsistema de tutela coletiva. 181. Ação civil pública e ação civil coletiva. 182. Competência. 183. Tutelas provisórias. 184. Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito. 185. Procedimento. 186. Legitimidade. 187. Litisconsórcio e assistência. 188. Desistência. 189. Continência. 190. Conexão. 191. Litispendência. 192. Prescrição. 193. Valor da prova produzida em Inquérito Civil. 194. Sentença. 195. Honorários advocatícios. 196. Recursos. 197. Coisa Julgada. 198. Liquidação. 199. Execução coletiva. 200. Execução de termo de compromisso de ajustamento de conduta. 201. Ação anulatória de termo de compromisso. 202. Destinações decorrentes de ações coletivas. 203. Atuação do Ministério Público do Trabalho. 204. Ação anulatória de normas convencionais. 205. Cabimento. 206. Competência. 207. Legitimidade. 208. Ação de improbidade administrativa. 209. Ação popular. 210. Mandado de segurança coletivo. 211. Mandado de injunção coletivo. 212. Ação rescisória: cabimento, competência, legitimidade e requisitos. 213. Revelia. 214. Juízo rescindente e juízo rescisório. 215. Prazo. 216. Procedimento e recurso. 217. Ação anulatória de sentença. 218. Inquérito judicial para apuração de falta grave: conceito, cabimento, prazo e julgamento. 219. Natureza e efeitos da sentença. 220. Dissídio coletivo: conceito, classificação, competência, instauração, prazo, pressupostos,
--	--	---

		condições da ação e procedimento. 221.Revelia. 222.Sentença normativa: efeitos e vigência. 223.Extensão das decisões e revisão. 224.Recursos. 225.Coisa julgada. 226.Ação de cumprimento. 227. Competência. 228. Legitimidade. 229.Prescrição. 230. Ação de consignação em pagamento. 231.Ação de prestação de contas. 232.Ação monitória. 233.Correição parcial. 234.Reclamação.235. Mandado de segurança. 236.Habeas corpus. 237.Habeas data. 238.Ações possessórias. 239.Interdito proibitório. 240.Protesto judicial. 241. Jurisdição voluntária. 242. Homologação de acordo extrajudicial: competência, requisitos e limites. 243. Desconstituição da decisão. DIREITO TRIBUTÁRIO: 1 Sistema Tributário Nacional. 1.1 Disposições gerais. 1.2 Competência tributária. 1.3 Limitações da competência tributária. 1.4 Competência privativa da União, dos estados, e dos municípios. 1.5 Competência residual. 2 Princípios jurídicos da tributação. 2.1 Legalidade. 2.2 Anterioridade. 2.3 Igualdade. 2.4 Competência. 2.5 Capacidade contributiva. 2.6 Vedação do confisco 2.7 Liberdade de tráfego. 3 Tributo. 3.1 Conceito e espécies. 3.2 Classificação dos tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições sociais. 3.3 Função dos tributos. 4 Legislação tributária. 4.1 Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares. 4.2 Vigência e aplicação da legislação tributária. 4.3 Interpretação e integração da legislação tributária. 5 Obrigação tributária. 5.1 Principal e acessória. 5.1 Fato gerador. 5.2 Sujeito ativo. 5.3
--	--	---

		Sujeito passivo. 5.3.1 Solidariedade. 5.3.2 Capacidade tributária. 5.3.3 Domicílio tributário. 5.4 Responsabilidade tributária: responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações. 6 Crédito tributário. 6.1 Constituição: lançamento. 6.2 Suspensão. 6.3 Extinção. 6.4 Exclusão. 6.5 Garantias e privilégios. 7 Administração tributária. 7.1 Fiscalização: sigilo comercial, dever de informar e sigilo profissional, sigilo fiscal, auxílio da força pública, excesso de exação e responsabilidade pessoal do agente público. 7.2 Dívida ativa. 7.3 Certidões negativas. 8 Crimes contra a ordem tributária. DIREITO CIVIL: 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia da lei no espaço. 2 Pessoas naturais. 2.1 Existência. 2.2 Personalidade. 2.3 Capacidade. 2.4 Nome. 2.5 Estado. 2.6 Domicílio. 2.6 Direitos da personalidade. 3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Constituição. 3.3 Domicílio. 3.4 Associações e fundações. 4.Entes despersonalizados. 5.Domicílio. 6.Desconsideração da personalidade jurídica. 7.Dissolução da pessoa jurídica. 8.Abuso da personalidade jurídica. 9. Bens: Classificações. Bens Públicos. 10.Bens privados. 11. Bens das Estatais, natureza jurídica 12. Negócio jurídico. 13.Defeitos e invalidade 14.Direito subjetivo: Classificações. Dos fatos, atos e negócios jurídicos, Elementos e classificações. 15.Modalidades. Da forma e prova dos atos e negócios jurídicos. 16.Da prescrição e
--	--	--

		decadência. 17. Negócio jurídico, Validade; Eficácia. 18. Defeito dos negócios jurídicos. 19. Nulidade absoluta; Nulidade relativa. 20. Anulabilidade. 21. Inexistência. 22. Fatos jurídicos, atos jurídicos e negócios jurídicos. 23. Elementos e requisitos de validade. 24. Manifestação e interpretação das declarações de vontade. 25. Representação. 26. Condição, termo e encargo. Prova. 27. Prescrição. 28. Disposições gerais. 29. Decadência. 30. Atos ilícitos. 31. Elementos. 32. Responsabilidade civil. 33. Atos ilícitos praticados por pessoas jurídicas. 34. Abuso de direito. 35. Contratos. 36. Normas gerais. 37. Princípios do direito dos contratos. 38. Função social dos contratos. 39. Revisão contratual. 40. Extinção dos contratos: distrato, cláusula resolutiva, exceção do contrato não cumprido e resolução por onerosidade excessiva. 41. Espécies de contratos: compra e venda, doação, empréstimo, comodato, mútuo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, transporte de coisas e de pessoas, locação de imóvel residencial ao empregado e direito de retomada. 42. Posse: conceito, natureza jurídica, classificação, aquisição, efeitos, perda, tutela e detenção. 43. Propriedade: conceito, atributos, características, classificação, formas de aquisição e função socioambiental da propriedade. 44. Responsabilidade civil. 45. Obrigações: conceito, elementos, modalidades, classificação, transmissão, adimplemento e extinção. 46. Boa-fé: subjetiva e objetiva. 47. Deveres anexos de conduta. 48. Responsabilidades solidária e subsidiária. 49. Inadimplemento das
--	--	--

		obrigações. 50.Inadimplemento: mora, perdas e danos, juros legais e cláusula penal. 51.Responsabilidades patrimonial e extrapatrimonial. 52. Teoria da imprevisão, caso fortuito e força maior. 53.Pagamento indevido e enriquecimento sem causa.54. Multa cominatória. 55. Adimplemento substancial. 56.LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016. DECRETO Nº 9.283, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018. LEI Nº 8.958, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994. DECRETO Nº 7.423, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010. LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021. LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 DIREITO EMPRESARIAL: 1. Teoria geral do direito empresarial. 2.Empresário. 3.Prepostos. 4.Registro. 5.Escrituração. 6.Nome empresarial. 7.Estabelecimento empresarial. 8.Título de estabelecimento. 9. Teoria geral das sociedades. 10.Sociedades empresárias. 11.Sociedade limitada. 12.Sociedade simples. 13.Sociedade anônima – Lei nº 6.404/1976. 14.Acionista controlador. 15.Assembleia geral de acionistas. 16.Espécies de assembleias. 17.Conselho de administração e diretoria. 18.Administração da companhia. 19.Administradores.20. Órgãos técnicos e consultivos. 21.Conselho fiscal. 22.Capital social. 23.Dividendos. 24.Dissolução da sociedade. 25.Liquidação da sociedade. 26.Transformação da sociedade. 27.Incorporação. 28.Fusão. 29.Cisão. 30.Sociedades de economia mista. 31.Companhias sujeitas a autorização para funcionar.
--	--	--

		32.Consórcio. 33.Responsabilidade especial dos administradores. 34. Falência. 35.Princípios. 36.Espécies.37. Recuperação judicial e extrajudicial. 38.Administrador judicial. 39.Venda antecipada. 40.Classificação dos créditos. 41. Propriedade intelectual, direito autoral, marcas e patentes, registros. 42.Conceito. 43.Limitações ao direito do autor. 44.Sanções à violação dos direitos autorais e conexos. 45.Proteção da propriedade intelectual de softwares DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 1. Teoria Geral do Processo. 2.Processo e Constituição. 3.Fontes do Direito Processual. 4.Jurisdição.5. Jurisdição contenciosa e voluntária. 6.Órgãos da jurisdição. 7.Ação e Processo. Flexibilização processual. 8. Fazenda Pública em juízo. 9.conceito e características da Fazenda Pública. 10.Capacidade postulatória. 11.Prerrogativas processuais. 12.Regras processuais diferenciadas da Fazenda Pública. 13.Lei nº 8.437/92. 14.Lei nº 9.469/97. 15.Lei nº 9.492/97. 16.Lei nº 9.494/97. 17.Lei nº 10.522/2002. 18. Normas fundamentais do processo e aplicação das normas fundamentais. 19. Das partes e dos procuradores. 20.Do litisconsórcio. 21.Da intervenção de terceiros. 22.Lei nº 9.469/1997 (Intervenção anômala das pessoas jurídicas de direito público). 23.Participação no processo civil. 24. Honorários advocatícios, despesas e multas. Gratuidade da Justiça.25. Do Juiz e dos Auxiliares de Justiça. 26. Do Ministério Público. 27. Da Advocacia. 28. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. 29. Negócios jurídicos processuais e protocolos
--	--	---

		institucionais. 30. Comunicação dos atos processuais. 31. Invalidades processuais. 32. Da distribuição, do registro e do valor da causa. 33. Tutela provisória. 34. Disposições Gerais. 35. Tutela de urgência. 36. Tutela de evidência. 37. Fungibilidade. 38. Estabilização. 39. Tutela provisória e Fazenda Pública. 40. Formação, suspensão e extinção do processo. 41. Processo de conhecimento. 42. Procedimento Comum. 43. Disposições Gerais. 44. Petição inicial. 45. Improcedência liminar do pedido. 46. Audiência de conciliação ou de mediação. 47. Respostas do réu. 48. Contestação e reconvenção. 49. Revelia. 50. Efeitos materiais e processuais. 51. Revelia e a Fazenda Pública. 52. Providências preliminares e saneamento. 53. Do julgamento conforme o estado do processo. 54. Da audiência de instrução e julgamento. 55. Das Provas. 56. Sentença e Coisa julgada. 57. Remessa necessária. 58. Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa. 59. Procedimentos especiais. 60. Ação monitória. 61. Ação de consignação em pagamento. 62. Ação de exigir contas. 63. Embargos de terceiro; Oposição; Coisa julgada; Conceito. 64. Coisa julgada formal e material. 65. Limites objetivos, subjetivos e temporais. 66. Meios de desconstituição da coisa julgada. 67. Relativização atípica da coisa julgada. 68. Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado. 69. A coisa julgada e as demais estabilidades processuais. 70. Liquidação de sentença. 71. Conceito, natureza, modalidades e procedimento. 72. Cumprimento da sentença; Disposições gerais; Conceito e procedimento. 73. Títulos executivos
--	--	---

		judiciais. 74.Cumprimento definitivo ou provisório. 75.Precatório e requisição de pequeno valor. 76.Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa. 77. Do processo de execução. 78.Da execução em geral. 79.Títulos executivos extrajudiciais. 80.Das diversas espécies de execução. 81.Dos embargos à execução. 82.Da suspensão e extinção da execução. 83.Medidas executivas atípicas. 84.Exceção de pré-executividade. 85.Defesa heterotópica. 86. Ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais. 87.Deliberação colegiada nos tribunais. 88.Incidente de arguição de inconstitucionalidade. 89.Conflito de competência. 90.Ação Rescisória. 91.Reclamação. 92. Recursos e outros meios de impugnação de decisões judiciais. 93. Repercussão Geral no recurso extraordinário. 94. Relevância da questão federal no recurso especial. 95. Sistema de precedentes. Microssistema de demandas repetitivas. 96.Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. 97.Suspensão Nacional do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. 98.Recurso Especial Repetitivo e Recurso Extraordinário Repetitivo. 99. Incidente de assunção de competência. 100.Precedentes em controle concentrado de constitucionalidade. 101. Súmula vinculante. 102. Superação (overruling), distinção (distinguishing), reescrita (overriding), sinalização (signaling) e demais técnicas. 103. Ratio decidendi e obter dictum. 104. Modulação de efeitos. 105. Sobrestamento e suspensão de processos. 106.Coisa julgada e
--	--	---

		precedente. 107. Processo Coletivo; Conceito; Princípios. 108. O microsistema processual coletivo. 109. Ações constitucionais. Mandado de segurança (coletivo e individual). 110. Habeas data (coletivo e individual). 111. Mandado de injunção (coletivo e individual). 112. Ações de controle concentrado de constitucionalidade. 113. Ação civil originária nos tribunais. 114. Código de Ética Profissional dos Advogados e Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. 115. Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro – Aspectos processuais. 116. Lei de liberdade econômica – Aspectos processuais (Lei nº 13.874/2019). Análise econômica do processo civil. 117. Virtualização da Justiça. Da prática eletrônica dos atos processuais. 118. Lei nº 11.419/2006. Julgamentos virtuais. 119. Uso da inteligência artificial pelo Poder Judiciário. 120. Transmissão ao vivo dos julgamentos pela TV ou internet. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL: 1. Princípios aplicáveis ao direito penal. 2. Aplicação da lei penal. 3. Princípios da legalidade e anterioridade. 4. Lei penal no tempo e no espaço. 5. Tempo e lugar do crime. 6. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 7. Interpretação da lei penal. Analogia. 8. Irretroatividade da lei penal. 9. Conflito aparente de normas penais. 10. Crime. Conceito. Classificação dos crimes. 11. Teorias do crime. 12. Fato típico e seus elementos. 13. Relação de causalidade. 14. Superveniência de causa independente. 15. Relevância da omissão. 16. Crime consumado, tentado e impossível. 17. Desistência
--	--	--

		voluntária e arrependimento eficaz. 18. Arrependimento posterior. 19. Crime doloso, culposo e preterdoloso. 20. Tipicidade (tipo legal do crime). 21. Erro de tipo e erro de proibição. 22. Coação irresistível e obediência hierárquica. 23. Ilícitude e Exclusão de ilicitude. 24. Culpabilidade e seus elementos. 25. Exclusão da culpabilidade. 26. Teorias da culpabilidade. 27. Concurso de pessoas e teorias. 28. Efeitos da condenação e da reabilitação. 29. Pena de multa criminal. 30. Extinção da punibilidade. 31. Crimes contra a honra. 32. Crimes contra a inviolabilidade dos segredos. 33. Crimes contra a Administração Pública. 34. Crimes contra o estado democrático de direito 35. Crimes relativos à licitação. 36. Crimes contra a organização do trabalho. 37. Crimes contra a fé pública. 37. Crime cibernéticos. 38. Crimes de preconceito. 39. Princípios constitucionais e gerais do Direito Processual Penal. 40. Inquérito Policial; notitia criminis. 41. Ação penal; espécies. 42. Jurisdição; competência. 43. Assistência no processo penal. 44. Prova. 45. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 46. Habeas corpus. 47. Busca e apreensão. 48. Interceptação das comunicações. 49. Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica) 50. Efeitos civis da sentença condenatória. 51. Restituição das coisas apreendidas. 52. Perdimento de bens. 53. Lei de Abuso de autoridade. DIREITO DIGITAL: 1 Direito Digital. 2 Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). 3 Resolução n.º 345/2020 do CNJ. 4 Resolução n.º
--	--	---

		185/2017 do CSJT. 5 Lei 11.419/2006 e suas alterações (Lei da informatização do processo judicial). DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO: 1. Finanças públicas na Constituição Federal de 1988. Normas Gerais e Orçamentos. 2. Orçamento. Conceito e espécies. 3. Natureza jurídica. Princípios orçamentários. 4. Normas gerais de direito financeiro. 5. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. 6. Plano plurianual. 7. Lei de diretrizes orçamentárias. 8. Lei orçamentária anual. 9. Exercício Financeiro. 10. Restos a Pagar. 11. Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. 12. Lei de Responsabilidade Fiscal. 13. Instrumentos de efetivação da Lei de Responsabilidade Fiscal. 14. Sistemas de controle de repasse de verbas. 15. Despesa pública. 16. Conceito e classificação. 17. Princípio da legalidade. 18. Técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. 19. Geração de Despesa. 20. Despesas obrigatórias de caráter continuado. 21. Receita pública. 22. Conceito, Ingressos e receitas. 23. Classificação, Receitas originárias e receitas derivadas. 24. Previsão e Arrecadação. 25. Transferências voluntárias. 26. Disciplina constitucional e legal dos precatórios.
OPÇÃO 40001150: ANALISTA – ÁREA: GESTÃO DA INFORMAÇÃO – SUBÁREA: GESTÃO DA INFORMAÇÃO – EDIÇÃO –	1 Manual de Editoração da Embrapa – 4ª edição/2020 (disponível no endereço eletrônico https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1125210/manual-de-editoracao-da-embrapa). 2 Direitos autorais: Lei nº 9.610/1998 e alterações. 3 História da informação – da oral à escrita: transmissão, registro, armazenagem e recuperação da informação. 4 Evolução	1. Manual de Editoração da Embrapa – 4ª edição/2020 (disponível no endereço eletrônico https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1125210/manual-de-editoracao-da-embrapa). 2. Direitos autorais: Lei nº 9.610/1998 e alterações. 3. Evolução tecnológica da produção editorial. 4. Desenvolvimento da tipografia. 5.

INGLÊS/PORTUGUÊS	tecnológica da produção editorial. 5 Desenvolvimento da tipografia. 6 Conceitos e elementos de concepções gráficas: livro, jornal, periódicos. 7 Mercado do livro no Brasil. 8 Teoria da tradução. 9 Tradução e formação no sistema literário nacional. 10 Autoria na tradução. 11 Tradução de textos técnicos. 12 Crítica da tradução. 13 Correntes contemporâneas da teoria da tradução. 14 Tradução, revisão e preparação de texto. 15 Terminologia na tradução. 16 Língua inglesa. 16.1 Compreensão de texto escrito em língua inglesa. 16.2 Itens gramaticais relevantes para a compreensão de conteúdos semânticos. 16.3 Morfossintaxe do inglês.	Conceitos e elementos de concepções gráficas: livro, jornal, periódicos. 6. Mercado do livro no Brasil. 7. Teoria da tradução. 8. Tradução e formação no sistema literário nacional. 9. Autoria na tradução. 10 Tradução de textos técnicos. 11 Crítica da tradução. 12 Correntes contemporâneas da teoria da tradução. 13 Tradução, revisão e preparação de texto. 14 Terminologia na tradução. 15 Língua inglesa. 16 Compreensão de texto escrito em língua inglesa. 17 Itens gramaticais relevantes para a compreensão de conteúdos semânticos. 18. Morfossintaxe do inglês.
-------------------------	---	---

[...]

EDITAL Nº 2 – EMBRAPA, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2024

[...]

ANEXO I

CARGOS, DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES, REMUNERAÇÃO E REQUISITOS

[...]

Opção (cargo/área/subárea)	Texto Original	Texto Retificado
OPÇÃO 40000457: PESQUISADOR – ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS – SUBÁREA: AMBIÊNCIA E BIOCLIMATOLOGIA ANIMAL	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Medicina Veterinária; em Comportamento Animal; em Instalações para Produção Animal; em Ciência Animal; ou em Zootecnia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Medicina Veterinária; em Ciências Agrícolas/Agrárias; ou em Zootecnia, fornecido por	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Medicina Veterinária; em Comportamento Animal; em Instalações para Produção Animal; em Ciência Animal; ou em Zootecnia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Ciências Biológicas ; em Agronomia; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Medicina Veterinária; em Ciências Agrícolas/Agrárias; ou em Zootecnia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

	instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	
--	--	--

[...]

EDITAL Nº 3 – EMBRAPA, DE 3 DE JANEIRO DE 2025

[...]

ANEXO I

CARGOS, DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES, REMUNERAÇÃO E REQUISITOS

[...]

Opção (cargo/área/subárea)	Texto Original	Texto Retificado
OPÇÃO 40000281: ANALISTA – ÁREA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS – SUBÁREA: CIÊNCIA DE ALIMENTOS DE ORGANISMOS AQUÁTICOS	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Química; em Engenharia de Alimentos; em Química; em Nutrição; em Biotecnologia; em Biologia; em Farmácia; em Bioquímica; em Engenharia de Produção; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Bioprocessos; em Engenharia de Biotecnologia; em Química Industrial; em Química de Alimentos; em Alimentos; ou em Segurança Alimentar, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Química; em Engenharia de Alimentos; em Química; em Nutrição; em Biotecnologia; em Biologia; em Farmácia; em Bioquímica; em Engenharia de Produção; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Bioprocessos; em Engenharia de Biotecnologia; em Química Industrial; em Química de Alimentos; em Tecnologia de Alimentos ; ou em Segurança Alimentar, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40000210: ANALISTA – ÁREA: LABORATÓRIOS E CAMPOS – EXPERIMENTAIS – SUBÁREA: APOIO A CAMPO EXPERIMENTAL	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Agroecologia; em Biotecnologia; em Biologia; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Ambiental; em Engenharia Florestal; em Engenharia de Produção; em Engenharia; em Ciências Ambientais; em Ciências Biológicas; em Ecologia; em Engenharia de Bioprocessos; ou em Engenharia Agrícola, fornecido	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Engenharia Agrônômica ; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Agroecologia; em Biotecnologia; em Biologia; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Ambiental; em Engenharia Florestal; em Engenharia de Produção; em Engenharia; em Ciências Ambientais; em Ciências Biológicas; em Ecologia; em Engenharia de Bioprocessos; ou em Engenharia Agrícola, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

	por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	
OPÇÃO 40000435: PESQUISADOR – ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS – SUBÁREA: MODELAGEM E SIMULAÇÃO EM SISTEMAS AGRÍCOLAS	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Agronomia; em Engenharia Ambiental; em Ecologia; em Ecologia de Ecossistemas; em Engenharia Florestal; ou em Ciência do Solo, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Engenharia Ambiental; em Engenharia Florestal; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Biologia; em Ecologia; em Ciência Ambiental; em Gestão Ambiental; ou em Tecnologia em Controle Ambiental, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Agronomia; em Engenharia Ambiental; em Ecologia; em Ecologia de Ecossistemas; em Engenharia Florestal; em Engenharia Agrícola; em Engenharia de Sistemas Agrícolas ou em Ciência do Solo, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Engenharia Ambiental; em Engenharia Florestal; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Biologia; em Ecologia; em Ciência Ambiental; em Gestão Ambiental; ou em Tecnologia em Controle Ambiental, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40001860: PESQUISADOR – ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS – SUBÁREA: USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Ciências Ambientais; em Meio Ambiente e Agrárias; em Ecologia Aplicada; em Conservação da Natureza; em Economia dos Recursos Naturais; em Economias Agrária e dos Recursos Naturais; em Conservação das Bacias Hidrográficas; em Ciências e Sustentabilidade; ou em Conservação de Solo e Água, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agroecologia; em Ecologia; em Ecologia e	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Engenharia Ambiental; em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais; em Ciências Ambientais; em Meio Ambiente e Agrárias; em Ecologia Aplicada; em Conservação da Natureza; em Economia dos Recursos Naturais; em Economias Agrária e dos Recursos Naturais; em Conservação das Bacias Hidrográficas; em Ciências e Sustentabilidade; em Engenharia Agrícola; em Engenharia de Sistemas Agrícolas ou em Conservação de Solo e Água, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agroecologia; em Ecologia; em Ecologia e Análise Ambiental; em Biologia; em

	Análise Ambiental; em Biologia; em Ciências Ambientais; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Ciências Biológicas; em Biologia; em Gestão Ambiental; em Gestão Ambiental e Sustentabilidade; em Gestão e Análise Ambiental; em Engenharia Ambiental; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Engenharia Florestal; em Química ou em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	Ciências Ambientais; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Ciências Biológicas; em Biologia; em Gestão Ambiental; em Gestão Ambiental e Sustentabilidade; em Gestão e Análise Ambiental; em Engenharia Ambiental; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Engenharia Florestal; em Química ou em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40000043: PESQUISADOR – ÁREA: CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – SUBÁREA: GEOPROCESSAMENTO	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Engenharia Agrícola; em Agronomia; em Recursos Florestais e Engenharia Florestal; em Meteorologia; ou em Sensoriamento Remoto, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Ciências Matemáticas e da Terra – Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; em Meteorologia; em Geologia; ou em Geoprocessamento, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Engenharia Agrícola; em Agronomia; em Recursos Florestais e Engenharia Florestal; em Meteorologia; ou em Sensoriamento Remoto, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Ciências Matemáticas e da Terra – Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; em Meteorologia; em Geologia; em Engenharia Florestal ou em Geoprocessamento, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40000262: TÉCNICO – ÁREA: LABORATÓRIO E CAMPOS EXPERIMENTAIS – SUBÁREA: BIOQUÍMICA E	REQUISITO: certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de Nível Médio Técnico em Biotecnologia, Citopatologia, Análises Clínicas ou em Química, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC	REQUISITO: certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de Nível Médio Técnico em Biotecnologia, Citopatologia, Análises Clínicas; em Citopatologia; em Análise clínica ou em Química, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC

BIOLOGIA MOLECULAR		
OPÇÃO 40004576: PESQUISADOR – ÁREA: FOTÔNICA – SUBÁREA: INSTRUMENTAÇÃO EM FOTÔNICA	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Física; em Engenharia Física; em Química; em Engenharia Química; em Biotecnologia; em Biofísica; em Química Computacional; em Física Computacional; em Física Biomolecular; em Química Analítica e Inorgânica; em Físico-Química; em Química Orgânica; ou em Ciências Biológicas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Biologia; em Física; em Engenharia Física; em Química; em Farmácia; em Engenharia Química; ou em Engenharia de Materiais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Física; em Engenharia Física; em Química; em Engenharia Química; em Biotecnologia; em Biofísica; em Química Computacional; em Física Computacional; em Física Biomolecular; em Química Analítica e Inorgânica; em Físico-Química; em Química Orgânica; ou em Ciências Biológicas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Biologia; em Engenharia Elétrica; em Física; em Engenharia Física; em Química; em Farmácia; em Engenharia Química; ou em Engenharia de Materiais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40002003: PESQUISADOR – ÁREA: CIÊNCIAS – AMBIENTAIS – SUBÁREA: GESTÃO AMBIENTAL	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Meio Ambiente e Agrárias; em Ecologia; em Agronomia; em Meio Ambiente; em Fisiologia Vegetal, em Energias Renováveis, em Planejamento Energético; em Ciência dos Alimentos, em Biologia, em Geografia; ou em Ciências Ambientais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Ambiental; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Engenharia Ambiental; em	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Engenharia Agrônômica, em Engenharia Ambiental; em Engenharia Florestal; em Meio Ambiente e Agrárias; em Ecologia; em Agronomia; em Meio Ambiente; em Fisiologia Vegetal, em Energias Renováveis, em Planejamento Energético; em Ciência dos Alimentos, em Biologia, em Geografia; ou em Ciências Ambientais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Ambiental; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Engenharia Ambiental; em Engenharia Civil; em Química; em Ciências Agrárias; em Geografia; em Agronomia;

	Engenharia Civil; em Química; em Ciências Agrárias; em Geografia; em Agronomia; em Engenharia Agrônômica; em Biologia; em Ecologia; em Ciências Biológicas; em Ciências Agrárias e do Ambiente; em Gestão Ambiental; ou em Meio Ambiente, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	em Engenharia Agrônômica; em Biologia; em Ecologia; em Ciências Biológicas; em Ciências Agrárias e do Ambiente; em Gestão Ambiental; ou em Meio Ambiente, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40001494: PESQUISADOR – ÁREA: RECURSOS NATURAIS – SUBÁREA: ECONOMIA AMBIENTAL	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Biodiversidade e Biotecnologia; em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais; em Biologia; em Agronomia; em Ecologia; em Economia Rural; em Ciências Florestais e Ambientais; em Ecologia; em Conservação e Biodiversidade; em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; em Gestão Ambiental; em Desenvolvimento Rural; ou em Desenvolvimento e Meio Ambiente, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Biologia; em Agronomia; em Ecologia; em Economia Rural; em Economia Agrícola; em Economia Ecológica; em Ecologia e Análise Ambiental; em Ciências Ambientais; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Engenharia Florestal; em Engenharia Ambiental; em Gestão Ambiental; em Agroecologia; em Ciências Agrárias e do Ambiente; em Gestão Ambiental; ou em Meio Ambiente, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Engenharia Ambiental; em Biodiversidade e Biotecnologia; em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais; em Biologia; em Agronomia; em Ecologia; em Economia Rural; em Ciências Florestais e Ambientais; em Ecologia; em Conservação e Biodiversidade; em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; em Gestão Ambiental; em Desenvolvimento Rural; ou em Desenvolvimento e Meio Ambiente, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Biologia; em Agronomia; em Ecologia; em Economia Rural; em Economia Agrícola; em Economia Ecológica; em Ecologia e Análise Ambiental; em Ciências Ambientais; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Engenharia Florestal; em Engenharia Ambiental; em Gestão Ambiental; em Agroecologia; em Ciências Agrárias e do Ambiente; em Gestão Ambiental; ou em Meio Ambiente, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

OPÇÃO 40000373: PESQUISADOR – ÁREA: CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – SUBÁREA: AGRICULTURA E CLIMATOLOGIA	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Agronomia; Fitotecnia; Agrometeorologia, Geografia; Meteorologia; em Meteorologia Aplicada; ou em Climatologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Biologia; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Florestal; em Ciências Matemáticas e da Terra; em Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; em Meteorologia; em Ciências Ambientais; em Agricultura; em Agronomia; em Geoprocessamento; em Inteligência Artificial; em Ciências Agrárias; em Ciências Agrárias e do Ambiente; em Zootecnia; ou em Ciências Agrícolas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Engenharia Agrícola; em Engenharia de Sistemas Agrícolas; em Agronomia; Fitotecnia; Agrometeorologia, Geografia; Meteorologia; em Meteorologia Aplicada; ou em Climatologia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Ambiental; em Agronomia; em Biologia; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Florestal; em Ciências Matemáticas e da Terra; em Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; em Meteorologia; em Ciências Ambientais; em Agricultura; em Agronomia; em Geoprocessamento; em Inteligência Artificial; em Ciências Agrárias; em Ciências Agrárias e do Ambiente; em Zootecnia; ou em Ciências Agrícolas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC
OPÇÃO 40000786: PESQUISADOR – ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS – SUBÁREA: SISTEMAS DE DADOS GEORREFERENCIADO S	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Agronomia, em Agrometeorologia, em Fitotecnia; em Meteorologia Aplicada; Geocartografia; em Cartografia Básica; em Cartografia Geológica; em Geografia; em Sensoriamento Remoto; ou em Sensoriamento Remoto da Atmosfera, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Ciências Matemáticas e da Terra – Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; em	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais; em Agronomia, em Agrometeorologia, em Fitotecnia; em Meteorologia Aplicada; Geocartografia; em Cartografia Básica; em Cartografia Geológica; em Geografia; em Sensoriamento Remoto; ou em Sensoriamento Remoto da Atmosfera, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Ciências Matemáticas e da Terra – Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; em Engenharia Cartográfica; Geografia; Engenharia

	Engenharia Cartográfica; Geografia; Engenharia Agrônômica; Engenharia de Agrimensura; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; e Cartográfica; em Agrimensura; em Biologia; ou em Geoprocessamento, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	Agrônômica; Engenharia de Agrimensura; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; e Cartográfica; em Agrimensura; em Biologia; ou em Geoprocessamento, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40000113: PESQUISADOR – ÁREA: CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – SUBÁREA: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG) E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Engenharia Agrícola; em Agronomia; em Recursos Florestais e Engenharia Florestal; em Meteorologia; em Sensoriamento Remoto; em Geologia; ou em Cartografia Geológica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Ciências Matemáticas e da Terra: em Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; em Meteorologia; em Geologia; em Geografia; em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura; em Agrimensura; ou em Geoprocessamento, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais ; em Engenharia Agrícola; em Agronomia; em Recursos Florestais e Engenharia Florestal; em Meteorologia; em Sensoriamento Remoto; em Geologia; ou em Cartografia Geológica, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrícola e Ambiental; em Ciências Matemáticas e da Terra: em Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; em Meteorologia; em Geologia; em Geografia; em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura; em Agrimensura; ou em Geoprocessamento, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40001064: ANALISTA – ÁREA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS – SUBÁREA: CIÊNCIA DE ALIMENTOS	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Química; em Engenharia de Alimentos; em Química; em Nutrição; em Biotecnologia; em Biologia; em	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Química; em Engenharia de Alimentos; em Química; em Nutrição; em Biotecnologia; em Biologia; em Ciências Biológicas; em Farmácia; em Bioquímica; em Engenharia

	Ciências Biológicas; em Farmácia; em Bioquímica; em Engenharia de Produção; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Bioprocessos; em Engenharia de Biotecnologia; em Química Industrial; em Química de Alimentos; em Alimentos; em Segurança Alimentar; ou em Alimentação Saudável, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC	de Produção; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Bioprocessos; em Engenharia de Biotecnologia; em Química Industrial; em Química de Alimentos; em Tecnologia de Alimentos; em Segurança Alimentar; ou em Alimentação Saudável, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC
OPÇÃO 40000150: ANALISTA – ÁREA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS – SUBÁREA: CIÊNCIA DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Zootecnia; em Engenharia Química; em Medicina Veterinária; em Engenharia de Alimentos; em Química; em Nutrição; em Biotecnologia; em Biologia; em Farmácia; em Bioquímica; em Engenharia de Produção; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Bioprocessos; em Engenharia de Biotecnologia; em Química Industrial; em Química de Alimentos; em Alimentos; ou em Segurança Alimentar, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Zootecnia; em Engenharia Química; em Medicina Veterinária; em Engenharia de Alimentos; em Química; em Nutrição; em Biotecnologia; em Biologia; em Farmácia; em Bioquímica; em Engenharia de Produção; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Bioprocessos; em Engenharia de Biotecnologia; em Química Industrial; em Química de Alimentos; em Tecnologia de Alimentos; ou em Segurança Alimentar, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40002027: ANALISTA – ÁREA: TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO – SUBÁREA: TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia de Alimentos; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Ciência dos Alimentos; em Engenharia Química; em Química de Alimentos; em Química – habilitação tecnológica com ênfase em alimentos; em Agronomia; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Engenharia Agrônoma; em Medicina Veterinária; em Zootecnia; ou em Nutrição, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Tecnologia de Alimentos; em Engenharia de Alimentos; em Ciência e Tecnologia de Alimentos; em Ciência dos Alimentos; em Engenharia Química; em Química de Alimentos; em Química – habilitação tecnológica com ênfase em alimentos; em Agronomia; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Engenharia Agrônoma; em Medicina Veterinária; em Zootecnia; ou em Nutrição, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

	Veterinária; em Zootecnia; ou em Nutrição, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	
OPÇÃO 40000237: ANALISTA – ÁREA: MÉTODOS QUANTITATIVOS AVANÇADOS – SUBÁREA: MÉTODOS QUANTITATIVOS	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Zootecnia; em Medicina Veterinária; em Engenharia Ambiental; em Física; em Engenharia Florestal; em Engenharia Agrícola; em Economia; em Administração; em Sociologia; em Estatística; em Matemática Aplicada; em Ciência da Computação; em Ciências de Dados; ou em Análise de Dados, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Engenharia Agrônômica ; Agronomia; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Zootecnia; em Medicina Veterinária; em Engenharia Ambiental; em Física; em Engenharia Florestal; em Engenharia Agrícola; em Economia; em Administração; em Sociologia; em Estatística; em Matemática Aplicada; em Ciência da Computação; em Ciências de Dados; ou em Análise de Dados, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40001834: PESQUISADOR – ÁREA: CIÊNCIAS AGRÁRIAS – SUBÁREA: SILVICULTURA	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Silvicultura; em Engenharia Florestal; em Florestamento e Reflorestamento; em Fisiologia Florestal; em Manejo Florestal; em Sementes Florestais; ou em Ordenamento Florestal, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Florestal; em Biologia; em Ciências Biológicas; ou em Silvicultura, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em Ciência Florestal ; em Silvicultura; em Engenharia Florestal; em Florestamento e Reflorestamento; em Fisiologia Florestal; em Manejo Florestal; em Sementes Florestais; ou em Ordenamento Florestal, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Ciências Agrícolas/Agrárias; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Florestal; em Biologia; em Ciências Biológicas; ou em Silvicultura, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
OPÇÃO 40000015: PESQUISADOR –	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de	REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de Mestrado em

ÁREA: CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – SUBÁREA: CONSERVAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS VEGETAIS	conclusão de Mestrado em Agroecologia; em Agronomia; em Engenharia Agrícola; em Ciências Florestais; em Biodiversidade; em Ciências Biológicas (Botânica); em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais; em Ecologia, Conservação e Biodiversidade; em Ciências do Ambiente; ou em Recursos Naturais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Agroecologia; em Biologia; em Ciências Ambientais; em Ciências Biológicas; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Ambiental; ou em Engenharia Florestal, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.	Agroecologia; em Agronomia; em Engenharia Agrícola; em Biologia Vegetal; em Ciências Florestais; em Biodiversidade; em Ciências Biológicas (Botânica); em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais; em Ecologia, Conservação e Biodiversidade; em Ciências do Ambiente; ou em Recursos Naturais, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; e diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de Graduação em Agronomia; em Agroecologia; em Biologia; em Ciências Ambientais; em Ciências Biológicas; em Engenharia Agrícola; em Engenharia Agrônômica; em Engenharia Ambiental; ou em Engenharia Florestal, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
--	--	---

[...]

SILVIA MARIA FONSECA S. MASSRUHA
 Presidente
 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária